

# Como avançar no saneamento?

JERSON KELMAN

Como é bem sabido, as obras de saneamento criam muitos empregos e, quando passam a funcionar, beneficiam a saúde da população, diminuindo tanto as doenças de transmissão hídrica —diarreia, por exemplo— quanto as transmitidas por mosquitos —como a dengue.

Por essa razão, o governo corretamente elencou o setor como uma das locomotivas para a retomada econômica do país, e esta **Folha** tem reservado generoso espaço para o debate do tema, em editoriais e artigos.

Ao enunciar sinteticamente a conclusão do debate, numa mensagem publicada na seção “Painel do Leitor” no dia 25/2, eu disse que o saneamento no Brasil não é ainda universalizado porque nossas tarifas são em geral baixas se comparadas a de países desenvolvidos, quando se dividem as taxas pelas correspondentes rendas médias. Como não é uma conclusão de óbvia compreensão, vale a pena explicar melhor.

Sim, nossas tarifas são em média baixas. Mesmo que as entidades de saneamento fossem excepcionalmente eficientes —e não afirmo que seja este o caso—, a receita não seria suficiente para fazer os investimentos necessários à prestação do serviço, digamos, no padrão europeu.

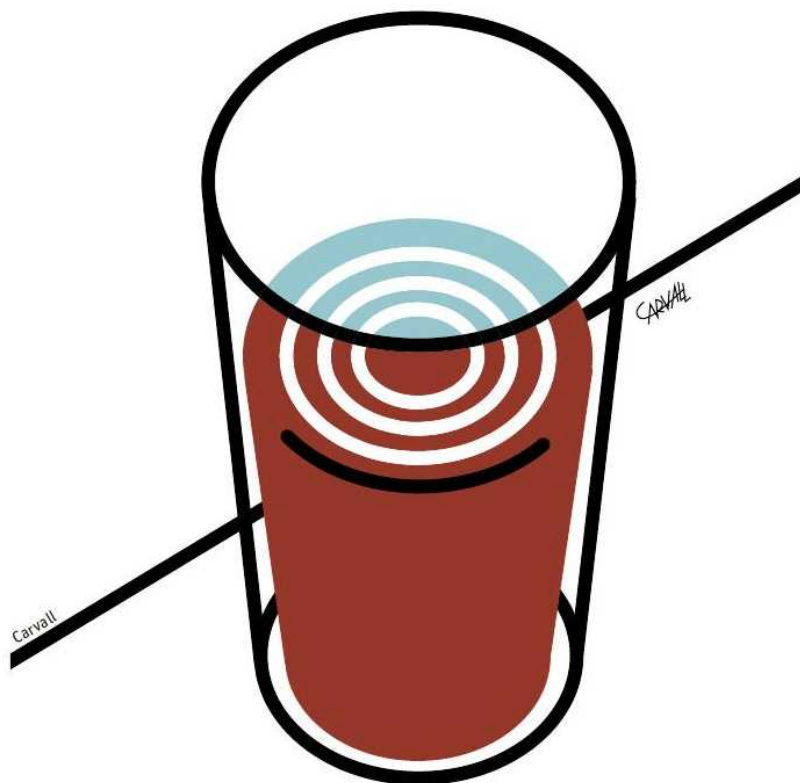
Como a renda per capita do brasileiro é baixa se comparada com a do europeu, principalmente nessa época de acachapante desemprego, é reduzida a margem para significativo aumento tarifário das camadas mais humildes da população. O que fazer?

Primeiro, melhorar a eficiência e eficácia das prestadoras de serviço de saneamento. Para isso, é preciso cada vez mais pagar pelo resultado —esgoto corretamente coletado e tratado, por exemplo— em vez de pagar pela obra, que frequentemente sai mais cara do que originalmente previsto e fica anos sem atingir a capacidade plena.

Há exemplos bem-sucedidos de programas que adotam essa filosofia. Por exemplo, o Prodes da Agência Nacional de Águas (ANA) e os contratos de performance da Sabesp.

Segundo, mudar a estrutura tarifária, isto é, alterar a maneira como o custo do serviço é dividido entre os usuários. Atualmente, ocorrem inúmeras inadequações, sob o ponto de vista da equidade social e da eficiência econômica. Cinco exemplos:

1) Os consumidores da Sabesp de cidades do interior, que quase sempre têm 100% do esgoto coletado e



## Diminuição dos subsídios cruzados e contínuo aumento de produtividade resultarão numa distribuição mais justa dos custos do saneamento

tratado, pagam menos pelo mesmo serviço do que os da região metropolitana ou de cidades do litoral, em que as condições de saneamento ainda estão longe da perfeição.

2) O metro cúbico de água utilizado num hospital público, numa indústria ou num estabelecimento comercial pode custar até oito vezes o que paga um cidadão de classe média ou alta.

3) A tarifa social não beneficia todas as famílias humildes que necessitam dessa proteção.

4) Os veranistas de cidades do litoral, que só utilizam o serviço na temporada, não pagam o suficiente para cobrir o custo de mantê-lo

disponível todos os dias do ano.

5) A conta de água é a mesma para quem consome de 0 a 10 metros cúbicos por mês.

Por orientação do Tribunal de Contas do Estado, a Sabesp submeterá à Arsesp (agência reguladora), ainda no decorrer de 2017, uma proposta de revisão da estrutura tarifária, que certamente será debatida em audiências públicas.

As simulações da Sabesp mostram que a diminuição dos subsídios cruzados que hoje beneficiam as classes média e alta, somada ao contínuo aumento de produtividade, resultarão numa distribuição mais justa dos custos e no avanço mais célere em direção ao padrão europeu de saneamento.